

RELAÇÃO DE PODER E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Maria Georgina Freire*

Márcio Cenci **

Resumo: O presente trabalho relata a relação de poder exercida pela Mantenedora (SEDUC) com os Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (NEEJAs) do Rio Grande do Sul, mais especificamente ao NEEJA de Palmeira das Missões. Essa investigação foi impulsionada por dados de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizada em 2012, do Estudo da Sociologia no Ensino Médio (pós –graduação) e o contato direto da coordenação com a situação a qual está vivenciando o NEEJA de Palmeira das Missões. Os dados da pesquisa de 2012 revelaram que entre os termos: diálogo, mediação, interação escola /família e prática pedagógica, o termo "relação de poder" ainda é ignorado ou negado por alguns professores. O curso de sociologia possibilitou o conhecimento de importantes autores que estudaram a relação de poder, como: Michel Foucault e Max Weber, entre outros. Esses impulsos permitiram um estudo mais detalhado desse processo complexo vivenciado pelo NEEJA de Palmeira das Missões, no que concerne a extinção do trabalho por Totalidade. O objetivo deste trabalho é verificar o limite de atuação da mantenedora em relação a sua mantida, dentro dos princípios da gestão democrática. Esta pesquisa vem confirmar a hipótese de que esta relação, Mantenedora e NEEJA, ferem esses princípios.

Palavras-chave: relação de poder, sociologia, coordenação pedagógica, gestão democrática.

Abstract: This paper reports the power relationship exerted by Maintainer (SEDUC) with the State Centers for Youth and Adult Education (NEEJAs) of Rio Grande do Sul, more specifically to NEEJA of Missões Palmeira. This research was driven by the Working survey data Course Conclusion (TCC) held in 2012, the Sociology of study in high school (post-graduate) and direct contact coordination with the situation which is experiencing NEEJA Palmeira Missões. 2012 urvey data revealed that among the terms: dialogue, mediation, interaction school / family and pedagogical practice, the term "power relationship" is still ignored or denied by some teachers. The sociology course possible knowledge of important authors who have studied the relationship of power, as Michel Foucault and Max Weber, among others. These impulses have allowed a more detailed study of this complex process experienced by NEEJA Palmeira Missões, with regard to termination of employment for Wholeness. The objective of this study is to test the keeper of the response threshold relative to its retained within the principles of democratic management. This research confirms the hypothesis that this relationship, Maintainer and core, hurt these principles.

Keywords: power relations, sociology, education supervision, democratic management.

* Especialista em Pedagogia Gestora- Área de Conhecimento: Educação (UNICS); coordenadora pedagógica do NEEJA de Palmeira das Missões.

** Doutor em Filosofia (PUCRS); professor do Centro Universitário Franciscano; professor do curso de Pós-graduação em Ensino de Sociologia no Ensino Médio (UFSM/EAD).

INTRODUÇÃO

O trabalho retrata o seguinte tema: Relação de Poder e Gestão Democrática entre a Mantenedora e o NEEJA de Palmeira das Missões. No desenvolvimento do TCC, no curso de pós graduação "Gestão do Trabalho Pedagógico" pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) em 2012, constatou-se que ainda há professores que não consideram importante a discussão do termo "relação de poder", na escola. Para Weber (1982, p.174)³, "independente da base em que se sustenta, o poder é a oportunidade existente de, numa relação social, você impor a sua própria vontade aos demais". Tomando esse conceito de Weber, considera-se que a relação de poder se enquadra em toda e qualquer relação, seja ela entre pessoas e ou instituições. Dito isso, não há como a escola fugir dessa discussão.

A elaboração do tema considerou experiências nas dimensões profissionais e acadêmicas, essas experiências, se entrecruzam, na medida em que afloram a compreensão enquanto reflexo dos conhecimentos nas dimensões citadas. Foi o contexto atual do Núcleo que a problemática veio à tona: Como se dá a Relação de Poder da Mantenedora (Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul) com o NEEJA de Palmeira das Missões. Ao terminar de formular a questão, observou-se que este problema era relevante o suficiente para justificar a pesquisa, pois a hipótese é de que: a relação da Mantenedora no que se refere a este NEEJA, ferem os princípios da gestão democrática. Portanto, justifica-se pesquisar, à medida que coloca em pauta os princípios da gestão democrática.

A metodologia da pesquisa está moldada na pesquisa de campo, com as análises, que visam mesclar as opiniões, os pontos de vista ou fatos revelados em leis, pareceres e documentos enviados pela Mantenedora ao NEEJA e vice-versa. Com a pesquisa objetiva-se investigar o limite de atuação da mantenedora em relação a sua mantida, dentro dos princípios da gestão democrática.

Esta pesquisa está estruturada da seguinte maneira, primeiro visualiza-se permear a pesquisa realizada pela acadêmica em 2012 com a formação pedagógica no NEEJA de Palmeira das Missões. É necessário pontuar que a formação pedagógica a qual se refere,

³ 2º Módulo ∪ Disciplina 3: Estrutura social e mudanças sociais ∪ 3ª Aula: Relações de poder no interior das instituições.

Disponível em:

http://cead.ufsm.br/moodle2_UAB/pluginfile.php/139916/mod_resource/content/0/Sociologia_Mod_2.pdf
f. Acessado em 05/12/2015

é oferecida nas sextas feiras para os professores, já que há também, as formações continuadas com carga horaria e dias pré determinados pela mantenedora, ofertada também aos funcionários. Na sequência as bases legais que regem os NEEJAs e as escolas de EJAS (Educação de Jovens e Adultos) e em terceiro lugar expor o conflito que se dá entre Mantenedora e NEEJA, por último, as considerações finais.

A PESQUISA REALIZADA EM 2012 E A RELAÇÃO DE PODER NAS FORMAÇÕES PEDAGÓGICAS

A pesquisa realizada em 2012 teve como objetivo visualizar a importância ou não do trabalho da supervisão junto aos professores das escolas estaduais de Palmeira das Missões, RS, e justificava-se a medida em que considerava importante o conhecimento da realidade das escolas que abrangem o município, para então agir sobre essa realidade. A hipótese levantada em 2012, ou seja, uma supervisão permeada por diferentes olhares, permite ao observar os diferentes olhares, que ao mesmo tempo em que esses insinuam visões inovadoras ainda apresentam vestígios conservadores. O que chamou a atenção da acadêmica foi o fato de ainda haver professores que não consideravam importante a discussão de relação de poder na escola e ou pela supervisão escolar. Nessa direção, diferentemente da perspectiva de alguns professores, essa discussão na instituição escolar, traz consigo a atenção da acadêmica, por considerar que o desinteresse demonstra que alguns professores ainda estão alheios, o quanto o poder cerca nossas escolas.

O espaço de formação pedagógica no NEEJA é muito importante, as quatro horas de formação pedagógica semanais ocorrem nas sextas-feiras, com a participação de todos os professores. Neste dia é que são tratados e elaborados todos os planejamentos de cada semana. O planejamento parte de Pesquisa Participante e é articulado através das quatro áreas do conhecimento. O conteúdo torna-se um meio e não um fim nesse processo, pois toda a prática pedagógica parte de uma problematização da realidade, dessa forma garantindo um currículo que dá vida a todo o processo de aprendizagem. Os conteúdos se libertam da seriação, da fragmentação, da descontextualização e das peculiaridades da escola tradicional, passando a ter uma conotação interdisciplinar. Uma prática pedagógica eficiente, será precedida do conhecimento da realidade. Diante dessa dinâmica investigativa do processo educativo, o professor será capaz de organizar sua ação a fim de atender a uma aprendizagem significativa para os seus alunos a partir de uma formação que atenda às exigências do contexto no qual se encontra inserido. Para Nóvoa (2014): " Só uma reflexão sistemática e continuada é capaz de promover a dimensão formadora

da prática". Assim, para desenvolver práticas pedagógicas mais eficientes, é mister que o NEEJA ofereça o espaço de formação para além da investigação, pois os saberes que circulam nas diferentes realidades de alunos e professores, só serão significativos, se forem, examinados e trabalhados, e isso requer tempo e espaço apropriado.

Em uma sociedade, as relações sociais, são permeadas pelo poder. Essa relação, "mundo social e mundo poder", existe, o que se espera da escola, é que esta possa discutir criticamente os diferentes pontos de vista dessa relação. Diante do processo enfrentado pelo NEEJA, é urgente reconhecer o papel social desenvolvido pela escola. Libâneo (2001, p.8) reforça essa dimensão social no que tange a educação: "A educação é uma prática social que busca realizar nos sujeitos humanos as características de humanização plena. Todavia, toda educação se dá em meio a relações sociais". Parte-se do princípio que a "relação de poder" se expressa nas relações pessoais e institucionais, assim, é importante que a escola como um dos espaços da educação, faça essa discussão, no entanto " é preciso considerar que nenhuma relação de poder experimentada entre os sujeitos escolarizados ocorre sem insubmissão e resistência" (Uberti, 2007, p.154).

O espaço de atuação da acadêmica foi escolhido para esta pesquisa, primeiro pelo fato de que não se esperava conservadorismo por parte de alguns professores no que tange a discussão do tema relação de poder, segundo pela barreira posta pela Mantenedora, o que caracteriza uma relação de poder entre dominante e dominado, ou seja, entre governo e instituição de ensino e terceiro pela posição de resistência tomada pelo NEEJA de Palmeira das Missões frente a Mantenedora. Segundo Foucault, um mínimo de normas, são necessárias para o funcionamento de uma sociedade, porém se faz necessário uma boa parte da responsabilidade aos indivíduos implicados nas relações cotidianas.

Parece-me que existe, tão fundamentais como as relações de compreensão ou as relações discursivas, tão fundamentais como as relações econômicas, as relações de poder que tramam absolutamente a nossa existência. Quando se faz amor, se põe em jogo relações de poder; não ter em conta estas relações de poder, as ignorar, as deixar jogadas a um estado selvagem, ou as deixar ao contrário confiscar por um poder estático ou um poder de classe, é isto, eu creio, que é necessário tentar de evitar. Em todo caso, é contra isso que é necessário polemizar. Fazer aparecer às relações de poder, é tentar, dentro da minha concepção, em todo caso, de as entregar em certa medida, entre as mãos destes que as exercem (Foucault apud Marinho, 2008, p.13).

Partindo da concepção do autor, é primordial emergir a relação de poder exercida pela Mantenedora em relação a instituição, para que esta tome consciência do potencial de sua liberdade, ou seja, para agir. No entanto, para agir, faz-se necessário que o NEEJA tenha uma consciência muito clara do contexto que se insere a sua organização curricular, procurando refletir sobre as mudanças e transformações que possam vir a surgir, em outra linha de raciocínio de confrontação as ideias dominantes do estado. Vê-se ainda haver

possibilidade de um currículo que venha ao encontro da construção do conhecimento em detrimento à uma "fábrica de certificados", considerando as finalidades expostas no Regimento Padrão enviados aos NEEJAS. As finalidades expressas no Regimento determinam: Orientação e atendimento ao aluno para **a realização de exames de conclusão** do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (grifo meu), podendo fracioná-los por Área do Conhecimento e por Componente Curricular; Realização periódica de exames por Área do Conhecimento e por Componente Curricular relativo ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. Estas finalidades também fazem parte do Regimento em exercício do NEEJA (o novo regimento entra em vigor a partir de 2016), porém acrescida de propósitos, entre eles a "Vivência de experiências escolares, assegurando a formação indispensável para o exercício da cidadania". Segundo Oliveira (2011, p.15), "... Cada contexto está marcado pela condição da mudança, da transformação. [...] Todas se configuram em permanente mudança: seja pelo avanço conquistado no campo da legislação, e da cidadania; [...]". Essa busca pode vir por meio de legislação, essas, imbricadas nas políticas educacionais, nas práticas educacionais e ou pedagógicas, nas manifestações sociais, importante é que as mudanças e os avanços venham contribuir com o processo de ensino e aprendizagem e conseqüentemente a formação do cidadão (ã).

Necessariamente, na educação, as mudanças e os avanços, no campo teórico não se dão na mesma velocidade no campo prático. A porta de entrada desses avanços nas instituições escolares, certamente passa pela capacidade de seus indivíduos de dialogar, de estar aberto para o novo. Paulo Freire (1999, p.36), sabiamente vem confirmar essa disposição ao novo.

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.

Na concepção de Freire, o aprender vem ao encontro à mudança, a construção, a constatação, a transformação. Nesse contexto, o NEEJA pauta seu diálogo com os docentes refletindo a partir de concepções que se sobrepõem a esse mundo capitalista do qual se vive. Oliveira (2011, p. 17), expressa o caminho percorrido para romper com o raciocínio capitalista: "Da lógica capitalista [...], estamos transitando para lógicas mais solidárias [...]. Em virtude disso, faz-se necessário avançarmos da condição de um mundo pautado pela desigualdade para um mundo organizado segundo padrões de justiça social".

Eyng (2010, p.64), coloca que "a escola está se construindo no movimento e na intencionalidade de seus atores". A expressão dessa autora vem complementar o de

Oliveira e Freire, pois a justiça social só será alcançada na escola se seus atores se articularem para construir este padrão de vida.

Para que essa articulação aconteça é importante que docentes, coordenação e direção, reconheçam-se como atores do espaço escolar, pois muitas vezes agem como coadjuvantes, deixando que forças externas com interesses opostos a educação predominem sobre as necessidades e os interesses da comunidade escolar. Para Weber

Por "dominação" compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta ("mandado") do "dominador" ou dos "dominadores" quer influenciar as ações de outras pessoas (do "dominado" ou dos "dominados"), e de fato as influenciar de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações ("obediência"). (WEBER, M. Economia e Sociedade. p.195, 2015).⁴

Ainda sobre dominação, Weber (2015), classifica "a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diversos motivos de submissão, pode depender diretamente de uma constelação de interesses materiais, pode partir de considerações utilitárias e de vantagens por parte daquele que obedece". Qualquer que seja a posição tomada em relação a Mantenedora, uma recepção passiva, submissa, é o que não se espera do NEEJA. Quando a instituição incentiva uma participação consciente dos envolvidos no conflito, qualquer que seja a relação de poder entre as duas partes, uma atitude de respeito, deve se estabelecer na busca de solução.

A construção do currículo é uma porta aberta para o controle externo, esse controle nem sempre vem para beneficiar a comunidade escolar, ou seja, sofre fortemente a influência desse poder. É de se considerar como um falso benefício, o que Apple diz à instituição do multiculturalismo nas escolas e no currículo, por parte da classe dominante, de maneira que não interrompesse o poder do branco como sendo o comum; e na contramão deste poder o autor coloca: "Então, por um lado o multiculturalismo, foi uma vitória, porque grandes movimentos sociais fizeram com que as forças dominantes respondessem." Apple (2006, p. 247). Para Sacristán (1998, p. 21), o currículo "[...] cristaliza-se, enfim, num contexto, que é o que acaba por lhe dar o significado real. Daí que a única teoria possível que possa dar conta desses processos tenha de ser do tipo crítico, pondo em evidência as realidades que o condicionam". "Ser do tipo crítico" é um grande desafio, nas formações pedagógicas. O que se faz e o que se diz. "Para buscar a coerência entre o dito e o feito é preciso, antes, elucidar o significado mais profundo da relação educativa e das relações do trabalho pedagógico com as outras formas de trabalho

⁴ Disponível em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/weber-m-economia-e-sociedade-fundamentos-da-sociologia-compreensiva-volume-2.pdf>. Acessado em 13/12/2015

social" (Resende, 2003, p. 44). Na medida em que Resende estabelece o trabalho social como outra forma do trabalho pedagógico, vem ratificar a teoria e a prática que se estabelece nas formações pedagógicas, pois ao mesmo tempo em que o docente em algumas falas elucida termos como democracia, relação de poder, aluno sujeito, relação social, em outra fala, quando se refere a prática, ele revela o quão complexo é o processo de ensino aprendizagem e o processo de formação de professores, alicerçados em uma prática social. É tênue a linha entre o que se faz e o que se diz, no que se refere ao "aluno sujeito", pauta de grande discussão nas formações pedagógicas em que entre outros questionamentos cita-se três "estou preocupada com o aluno sujeito", "quanto a questão do sujeito, é muito difícil o que enfrentamos para que eles se tornem sujeitos", "nossos alunos de oito anos atrás, eles tem saudade de nós" "e o nosso conteúdo". O NEEJA, ao dar importância no desenvolvimento do aluno como sujeito, em nem um momento deixa de dar relevância na organização e seleção de conteúdo, no entanto sabe-se que o conteúdo, o conhecimento, só adquire significado se vinculado à necessidade real, capaz de fornecer instrumentais teóricos e práticos com propósito na vida social do aluno.

Segundo Saviani sobre o que concerne a conteúdo:

Os conteúdos são fundamentais e, sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela se transforma num arremedo, ela se transforma numa farsa. Parece-me, pois, fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola, nós atuemos segundo essa máxima: a prioridade de conteúdo, que é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. Eu costumo, às vezes, enunciar isso da seguinte forma: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. (p.161,2008)

Assinala-se a preocupação da instituição em trabalhar o conteúdo, entretanto, esse deve vir com o comprometimento de propor situações que mantenham as reais necessidades dos educandos, sem se transformar em um objeto escolar vazio, mas carregado de significado social.

Para Madeira "Ser sujeito é estar em permanente atividade relacional reflexiva projetiva" (2015). Essa transformação no processo de ensino e aprendizagem, só será efetiva a partir do compromisso da escola de agir e refletir sobre a realidade, e a realidade que se apresenta no momento, requer o coletivo da escola, comprometido com este refletir e agir. Para Freire:

Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do "status

quo” porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica. (p.43, 1996)

A escola pesquisada, na visão da coordenação, direção e maioria de seus professores, tem o entendimento de Freire, não se tem pretensão de salvar o mundo, mas o comprometimento de fazer o possível e o necessário para que mudanças aconteçam, e dentro dessas mudanças está o NEEJA como uma instituição democrática com a possibilidade de construir e desenvolver seu currículo. Considerando o professor na sua dimensão humana, como sujeito com suas opções pedagógicas e ideológicas (aqui traduz-se como visão de mundo: social, econômico e político), o NEEJA entende o espaço de formação pedagógica, como espaço de diálogo e construção. No entanto, levando em consideração esta dimensão, sabe-se que o desafio maior está na visão de sujeito, que o professor traz consigo, sujeito, que compartilha com o aluno o processo de ensino e aprendizagem. O espaço de formação pedagógica é um dos espaços abertos para que o professor se reconheça como dominado nas relações com o educando/ educador com educador/educador com governo/governo com educador, e opressor nas mesmas relações. No planejamento o professor organiza e dirige situações de aprendizagem, prevendo espaço para o diálogo, a investigação e a reflexão da realidade. Esse espaço pode conduzir a um caminho complexo, o da autocrítica. Sobre essa atuação do professor é importante o que autor abaixo revela⁵:

[...] Assim, a escola criadora não significa escola de inventores e descobridores; ela indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um programa pré-determinado que obrigue à inovação e à originalidade a todo custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, e no qual o professor exerce apenas a função de guia amigável, como ocorre ou deveria ocorrer nas universidades. (GRAMSCI, 1991, p. 125)

Dentro desse contexto, essa autonomia do educando, a qual deve ser desenvolvida na instituição de ensino, através da mediação do professor, só será efetivada se o professor exercer sua autonomia para dialogar o processo de ensino e aprendizagem e dentro desse processo conseguir identificar a relação de poder exercida sobre si e que este exerce sobre o educando. Para isso, o coletivo do NEEJA, necessita estar ciente do seu campo de

⁵ 2º Módulo v Disciplina 3: Estrutura social e mudanças sociais v 2ª Aula: Instituições sociais e socialização p. 164.

Disponível em:

http://cead.ufsm.br/moodle2_UAB/pluginfile.php/111645/mod_resource/content/0/Sociologia_Mod_2.pdf
f. Acessado em 8/11/2015

atuação, tanto política como pedagógica e preparado para superar os conflitos internos e externos.

Quando se fala em gestão democrática, logo vem a ideia de autonomia. Segundo Veiga, a "Autonomia pedagógica – consiste na liberdade de propor modalidades de ensino e pesquisa. Está estreitamente ligada à identidade, à função social, à clientela, à organização curricular, à avaliação, bem como aos resultados e, portanto, à essência do projeto pedagógico da escola" (VEIGA, 1998, p. 16-19). O projeto político pedagógico (PPP) nasceu após a Constituição de 1988, para dar autonomia as escolas na elaboração da própria identidade, é o referencial de qualquer instituição de ensino, regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação –LDB, 9394/96. O artigo 14 da LDB, estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme alguns princípios, dentre estes, o princípio que estabelece a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola. A LDB, intensifica a autonomia da elaboração e construção de projetos diferenciados de acordo com as necessidades de cada instituição. O NEEJA está elaborando seu projeto, em ordem inversa, o que significa, operacionalizando o que está regimentado no Regimento Padrão enviado pela SEDUC, o que deveria ser o contrário, pois o Regimento diz respeito a operacionalização do PPP, ou seja como nossa instituição pretende formalizar nosso projeto político pedagógico. Assim, na medida do possível, construímos nosso currículo expressando as exigências legais do Regimento, bem como as necessidades, propósitos e expectativas da comunidade escolar. Na medida do possível, porque o Regimento Padrão ao mesmo tempo que limita, como citado nas finalidades, este, nos objetivos da instituição (elaborados pela SEDUC: "Acolher e incluir o aluno, proporcionando a vivência da cidadania") dá abertura para que possamos imprimir nossa identidade como NEEJA, no que concerne aos educandos na construção de suas histórias de vida. É interessante observar que este objetivo é análogo as finalidades do Regimento em exercício. Acredita-se que a maneira em que a instituição organizará os "grupos de aprendizagem" (esclarecidos à frente), também citados no Regimento Padrão, nessa perspectiva de organização: o trabalho, a discussão, a reflexão, proporcionadas nas reuniões pedagógicas e continuadas, são elementos fundamentais para se recuperar a utopia como um sonho possível e compreendermos o futuro como fruto das nossas opções e decisões.

BASES LEGAIS QUE REGEM OS NEEJAs DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Segundo a Resolução 313⁶, entre outras normas resolve sobre a oferta de exames supletivos, que podem ser fracionados em provas parciais relativas à determinada área do conhecimento ou componente do currículo do ensino fundamental ou médio, de acordo com a base comum nacional estabelecida pela LDB e as matrizes curriculares do ENCEEJA e do ENEM, respectivamente. Sem obrigatoriedade de presença pode ser oferecido programas de apoio para candidatos aos exames supletivos, com metodologia adequada aos jovens e adultos, por meio de atividades presenciais e/ou a distância, conforme cronograma estabelecido pela instituição e aprovado pela mantenedora e programas correspondentes aos anos iniciais do ensino fundamental, sem prévia autorização do Conselho, e programas de alfabetização de jovens e adultos, de oferta livre.

CONFLITO: MANTENEDORA VERSUS NEEJAs

Antes de iniciar a trajetória percorrida pelo NEEJA até o presente momento é importante a definição⁷ de EJA (Educação de Jovens e Adultos) e NEEJA (Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos).

Educação de Jovens e Adultos - EJA Presencial

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de estudos oferecida como estudos presenciais, autorizados pelo Conselho Estadual de Educação em estabelecimentos de ensino em cujo espaço educativo é desenvolvido uma metodologia diferenciada e atende a legislação específica. Parte de uma análise e avaliação de estudos formais e informais do aluno, para que possa ser localizado na parte do curso onde tem condições de prosseguir, conforme o Plano de Estudos de cada escola.

Núcleos de Educação de Jovens e Adultos

O NEEJA é um estabelecimento de ensino que não se caracteriza como uma "escola", mas um espaço educativo onde a oferta de exames supletivos fracionados é feita ao jovem e adulto, a partir de uma análise e avaliação de seus estudos formais e informais, que realizou ao longo de sua vida pessoal, profissional e escolar.

O ingresso ao NEEJA é caracterizado como uma inscrição, a exemplo dos exames supletivos da SE, visto que sua opção a esta modalidade de ensino não pode ser confundida como uma simples "transferência" entre escolas ou cursos.

O NEEJA representa para o candidato, oportunidade de certificação de estudos, onde ele organiza seus momentos de aprendizagem e avaliação formais na instituição, sem necessariamente se vincular à ela com a obrigatoriedade da frequência, exigida nos cursos presenciais.

São caracterizados como estabelecimentos que poderão oferecer EXAMES SUPLETIVOS FRACIONADOS, relativamente a determinadas áreas do conhecimento ou componente curricular em provas parciais.

Aos Núcleos cabem implementar programas de apoio aos candidatos aos exames, fazendo uso de metodologias próprias, como atendimentos individuais e/ou coletivos, disponibilizando recursos audiovisuais de ensino a distância; de recursos eletrônicos de comunicação, entre outros.

⁶ Disponível em http://www.sinpro-rs.org.br/arquivos/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CEEEd_313_2011.pdf. Acessado em 18/11/2015

⁷ Secretaria da Educação. Disponível em <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/eja.jsp?ACAO=acao1>. Acessado em 19/11/2015

O NEEJA, abraça os exames supletivos, mas em nenhum momento suas ações descaracterizam o fazer pedagógico, como educadores de EJA, que acolhe adultos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade recomendada e jovens que dela foram “expulsos”, e estes últimos, vivendo no bojo das transformações geradas pela globalização, excluídos do mundo social. Esses jovens e adultos, necessitam da convivência, do acompanhamento, do carinho, da competência da escola, para que o sonho da transformação social se torne realidade.

Sobre os EJAs, estes também estão sofrendo reestruturações por parte da SEDUC, duas matérias sobre o assunto chamam atenção, no jornal Correio do Povo, editadas por Vasconcelos (2015). A primeira com a manchete: FECHAMENTO DE VAGAS PREOCUPA COMUNIDADES. "Trata do fechamento de três colégios de Porto Alegre (capital do RS), que segundo denúncia ao Ministério Pública, quase 300 pessoas dependem de uma das escolas, para concluir o ensino Médio. A transferência de alunos de uma escola para outra poderá gerar problema de logística, transporte e segurança, pois as vilas onde se situam as escolas são territórios comandados por gangues." A segunda matéria com a manchete: "Políticas Públicas em EJA", trata da discussão dessas políticas, e para isso está sendo preparada a Conferencia Internacional de Educação de Adultos. Sobre esta matéria é interessante registrar o que diz o diretor de políticas para Educação de Jovens e Adultos do MEC, Arlindo Queiroz: "Nós temos 80 milhões de brasileiros sem concluir o Ensino Médio, e a maior parte está entre os mais pobres, negros e populações camponesas". A educação "ao longo do tempo visa romper com as desigualdades sociais, porque inclui o direito à Educação Básica para aqueles que não a tiveram na idade própria". O bojo do conflito a seguir, diz respeito ao direito à Educação Básica para aqueles que não a tiveram na idade própria, o NEEJA entende que a simples oferta de certificado de conclusão não cumpre com esse direito.

No ano de 2014, os NEEJAs do Rio Grande do Sul foram chamados à Secretaria Estadual de Educação para a construção dos novos Regimentos com base na Resolução nº 313, de 16 de março de 2011. A proposta de reestruturação construída pela SEDUC:

Aos NEEJAs cabe certificar a conclusão de componentes curriculares, áreas do conhecimento ou a conclusão de cursos de Ensino Fundamental ou Médio na modalidade de EJA.

A proposta construída pela Seduc prevê como finalidade a aplicação dos exames fracionados para certificação da Educação Básica, com apoio presencial. Os critérios para ingresso incluem mais de 15 anos para Ensino Fundamental e 18 anos para o Médio. Alunos com menos de 18 anos devem frequentar o Neeja, caso não estejam matriculados em outra instituição.

Para realizar os exames, o aluno deverá ter finalizado carga horária referente a cada área do respectivo nível (Totalidades). São 16 exames no Fundamental e 12 no Ensino Médio. Esses exames devem ser oferecidos para aplicação no mínimo bimestralmente.

Totalidades Finais – Ensino Fundamental

Total de 320 horas – 4 níveis – Em cada Nível, a carga horária é distribuída por área do conhecimento, sendo 20h de Linguagens, 20h de Matemática, 20h de Ciências da Natureza e 20h de Ciências Humanas, totalizando 80h cada nível.

O nível 1 corresponde à Totalidade 3; o nível 2, à Totalidade 4, o nível 3 à totalidade 6 e o Nível 4, à Totalidade 6.

Para o Ensino Médio, são três níveis, 1, 2 e 3, nas Totalidades 7, 8 e 9, respectivamente. A carga horária total proposta é de 240h, 80h para cada nível/totalidade, sendo 20h para Linguagens/Redação, 20h para Matemática, 20h para ciências da Natureza e 20h para Ciências Humanas.

Nesse momento, dos 24 NEEJAs, três, o de Palmeira das Missões, e outros dois se pronunciaram, considerando a continuidade do trabalho que está sendo desenvolvido, de acordo com a carga horária obrigatória de 800 horas em 200 dias letivos, estabelecida em lei nacional; divididas em dois semestres de 400 horas e 100 dias letivos para o trabalho com as Totalidades, e sem exigência de presencial para o apoio presencial, cuja finalidade é preparar o educando para os exames fracionados.

Foi possibilitado a estes NEEJAs, encaminhar um Regimento diferenciado, justificando junto a Secretaria de Educação o encaminhamento do mesmo. Entretanto, esses Regimentos, ao serem encaminhados ao Conselho Estadual de Educação, retornaram pelo motivo da inclusão do atendimento através das Totalidades. Abaixo um excerto da justificativa encaminhada a SEDUC:

[...] solicitamos uma discussão mais aprofundada com a SEDUC, no sentido de garantirmos alterações que possibilitem trabalharmos através de uma metodologia presencial, e com uma carga horária mínima necessária para desenvolvermos as competências e habilidades necessárias aos educandos e que a proposta de avaliação também seja condizente com a prática, para que possamos avaliar de uma forma processual, contínua e dialógica. (2014)

É importante, a manifestação em relação a avaliação do Conselho Estadual de Educação, quanto a inclusão das Totalidades, visto que este não as aceitou por não estar em concordância com a Resolução 313, de 2011, que pontua os NEEJAs como espaço de Certificação. No entanto, este Conselho aprovou Regimento de 2012 com a mesma configuração encaminhada em 2014. Outro fator importante de se revelar, é a discussão na construção da modalidade NEEJA e a organização dos Regimentos desses Núcleos que ofertariam a EJA, na Constituinte Escolar de 1999, no Governo de Olívio Dutra. Essa construção se deu nos princípios e diretrizes da escola democrática e popular, portanto foi uma construção coletiva, ou seja, não partiu somente do Núcleo de Palmeira das Missões.

Em 2015, com a Secretaria sob novo comando, os NEEJAs receberam um Regimento Padrão, construído sem a participação e conhecimento destes, voltados somente aos Exames Supletivos.

Novamente, os três Núcleos se pronunciaram, e em reunião com o Secretário Estadual de Educação, manifestaram a necessidade dos NEEJAs trabalharem com Totalidades. Abaixo um excerto da justificativa⁸ encaminhada pelo NEEJA de Palmeira das Missões, ao Secretário, o qual, em ata⁹, se pronunciou a favor do pedido manifestado, solicitando uma justificativa, a qual também seria encaminhada ao Conselho Estadual de Educação.

Tomando consciência que o projeto de sociedade, na realidade presente, amplia as relações de exploração e subordinação de nossos educandos, é que o Núcleo aponta uma proposta educativa que supere uma visão individualista, oportunizando aos educandos a vivenciar experiências transformadoras, que deixa como legado, desenvolver o pensamento crítico, comprometido com estas transformações. É dessa perspectiva que pensamos que o trabalho coletivo, no sentido de reunir forças para superar as restrições impostas a classe dominante, só será efetiva à medida que enfatiza a aprendizagem na constituição do interesse de cada indivíduo. Para atender os interesses individuais e coletivos desses jovens e adultos, o NEEJA de Palmeira das Missões, trabalha com turmas presenciais, as Totalidades, de segunda-feira à sexta-feira, nos turnos da tarde e noite, nos níveis de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A Totalidade se efetiva com as partes, mantendo entre parte e todo uma relação orgânica, viva, que permite exprimir a riqueza e a complexidade de nossos educandos em uma relação que traz em si marcas de contradição, de conflitos, de disputas. Essas marcas se articulam e sua compreensão é fundamental para o entendimento da relevância e valorização das Totalidades diante de um determinado contexto, possibilitando aos educandos, avaliar as alternativas e optar por um ou outro caminho a ser seguido, produzindo novas realidades e novos conhecimentos. Contudo, embora se reconheça a importância das Totalidades, não é possível, ao Núcleo, querer dominar todos os contextos da realidade, assim, este também visa atender uma realidade onde se encontra inserido o sujeito que procura nossa instituição com a finalidade de certificação. Esta realidade não se limita somente ao município de Palmeira das Missões, se estende por mais municípios. Assim, é de extrema importância respeitar as diferentes necessidades de quem procura este Núcleo, de um lado, a constituição do sujeito como ser de relação, onde se faz mister a Totalidade; de outro, o sujeito que procura certificação, notadamente imposta pela jornada e horário de trabalho, o Exame Supletivo lhe é mais apropriado. (13 de outubro de 2015)

Um dos três NEEJAs, assinou documento aceitando o cumprimento do Regimento Padrão, o mesmo não acontecendo com outros dois, entre eles o de Palmeira das Missões. Em 15 de outubro do corrente ano, o Conselho Estadual de Educação, aprova Regimento Padrão, encaminhado pela SEDUC. A justificativa dos NEEJAs encaminhadas ao secretário e que deveriam também ser encaminhadas ao Conselho de Educação, não chegou até este. Segundo a Secretária de Educação, no momento que o Conselho aprovou um Regimento Padrão, aceito pela maioria dos Núcleos, não se fez necessário esse encaminhamento.

Para clarificar a posição do NEEJA de Palmeira das Missões abaixo transcreve-se mais um excerto da justificativa encaminhada ao Secretário de Educação.

O Núcleo configura-se como espaço institucional e constitui palco de diversas interações entre os segmentos escolares, sobretudo entre professores (as) e alunos (as), onde a relação se dá

⁸ Justificativa encaminhada pelo NEEJA de Palmeira das Missões.

⁹ Ata de Reunião CGA/DP. 9 de setembro de 2015. (Cópia da ata se encontra no NEEJA de Palmeira das Missões).

diariamente no processo de ensino e aprendizagem. Este espaço de interação, da construção do conhecimento: é espaço que traduz vida, apropriado para práticas pedagógicas democráticas, que oportuniza os educandos a expressar suas ideias, refletir e defende-las, construindo sua história de vida. Nosso aluno vem buscar conhecimento, e quando chega ao NEEJA depara com uma escola que trabalha o conhecimento com uma concepção que vai além do ato de conhecer, ou seja, que busca trabalhar a consciência da própria existência, uma proposta diferenciada. Dessa forma, a aquisição do conhecimento que exige tempo e comprometimento do educando e do educador assume uma faceta contextualizada e direcionada às reais necessidades destes. Esta concepção de conhecimento interage com experiências de vida, valores, crenças, compromissos, intenções, e vários outros elementos que fazem parte do “ser sujeito”.

É acreditando no trabalho realizado pelo NEEJA, no sentido de oportunizar os educandos na construção de suas histórias de vida, que lutamos por esse espaço presencial. Os grupos de aprendizagem, contemplados no Projeto Político Pedagógico, dá a dimensão de como se pretende organizar o currículo, oportunizando o educando a participar do processo de construção do conhecimento, de acordo com sua possibilidade e necessidade. Nos grupos de aprendizagem(2015):¹⁰

[...] o processo de ensino e aprendizagem é organizado por Nível de Ensino e por Área de Conhecimento. No Ensino Fundamental: Área de Linguagens e Códigos (Língua Portuguesa, Inglês, Arte e Educação Física), Ciências da Natureza (Ciências), Ciências Humanas (História, Geografia e Ensino Religioso) e Matemática (Matemática) e no Ensino Médio: Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Matemática. Área de Linguagens e Códigos (Língua Portuguesa, Inglês, Espanhol, Literatura, Arte e Educação Física), Ciências da Natureza (Química, Física e Biologia), Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso) e Matemática (Matemática).

A proposta de Grupos de Aprendizagem é oportunizar a socialização de experiências por meio da escuta e da participação efetiva de cada educando, dando direito a todos de manifestarem a sua visão de mundo e, conseqüentemente constroem a sua aprendizagem com vistas aos Exames Supletivos.

O trabalho com grupos de aprendizagem visa desenvolver competências, habilidades, atitudes e valores. A sua organização prevê dias e horários pré-definidos por área de conhecimento e ou componente curricular e por nível de ensino. É importante ressaltar que a construção da aprendizagem é pressuposto para a aprovação nos exames e conseqüente certificação. Dessa forma justifica-se a existência dos grupos de aprendizagem.

Em reunião, com professores e funcionários do NEEJA, com a 20ª Coordenadoria de Educação (20ª CRE), por solicitação desta, na fala de duas representantes da 20ª, entre três que se fizeram presentes, ficou claro que o Regimento Padrão vem para cumprir Exames Supletivos com vistas a Certificação, pois foi contestado a periodicidade dos exames oferecidas por esta instituição, três ofertas durante o ano. Na concepção da SEDUC, segundo as duas representantes, o exame deve ser proporcionado sempre que houver procura. O NEEJA de Palmeira das Missões, na oportunidade, se posicionou de maneira contrária, pois essa oferta não vem ao encontro

¹⁰ Item 7.2 Grupos de Aprendizagem. p. 11-Projeto Político Pedagógico encaminhado a 20ª CRE para homologação.

de um dos objetivos do Regimento Padrão, o qual já citou-se acima, ou seja, incluir o aluno, proporcionando a vivência da cidadania. Na fala do diretor do NEEJA, registrada na ata nº35/15 do livro de registro das Formações Pedagógicas, este expôs: “[...] haverá aplicação de três provas ao ano para que essas pessoas não somente se certifiquem mas que se qualifiquem dentro deste tempo”. O tempo citado pelo diretor, é o intervalo entre as aplicações das três provas distribuídas no decorrer do ano, destinado ao apoio pedagógico aos educandos, através dos grupos de aprendizagem. A fala do diretor vem ratificar as decisões do coletivo do NEEJA, tomadas nas discussões realizadas através das reuniões de formação pedagógicas e continuadas. Essa fala deixa claro que: quem procura essa instituição, carrega junto com um certificado de conclusão, um certificado de conhecimento, rompendo, como disse Arlindo Queiroz, com as desigualdades sociais, porque inclui o direito à Educação Básica para aqueles que não a tiveram na idade própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala em relação de poder, as disposições legais não são apenas um exercício dos legisladores, tem por trás toda uma história do ponto de vista social. No entanto a relação de poder entre Mantenedora e NEEJAs e pontualmente no NEEJA de Palmeira das Missões, no que concerne as formações pedagógicas, são marcadas de forma bastante antagônicas. A primeira cumprindo uma cartilha neoliberal, regulatória e a segunda, enxergada por alguns professores, por meio de um conflito como algo que não o pertence, algo distante da relação de poder exercida no contexto educacional, o que caracteriza uma neutralidade, no ponto de vista social, ou seja, na construção do ser sujeito.

Tais marcas deixadas pela SEDUC deixam claras que a atuação da Mantenedora em relação a sua mantida fere os princípios da gestão democrática, desconstituindo uma política pública para Jovens e Adultos nos NEEJAs. São feridos os princípios de construção coletiva e participação nas tomadas de decisões. A autonomia dada pela Lei de Diretrizes e Bases para elaboração do projeto político pedagógico teve seu direito violado, no que concerne ao seu conteúdo crítico e reflexivo, observando o mesmo estar vinculado a um Regimento Padrão. Já as marcas deixadas na Constituinte Escolar de 1999, deixaram descobertas algumas instâncias de efetivação dessas políticas, como por exemplo a efetivação dos NEEJAs para além da sua aprovação regimental, exemplo clássico que por trás das disposições legais tem toda uma história de vida de cada educador e educando.

O que se espera de Mantenedora e NEEJA, que ambos no reconhecimento das suas relações de poder, possam dar uma resposta democrática, para acolher os educandos, possibilitando maior igualdade no espaço social. Mesmo que esta igualdade, em primeira instância, fuja à nossa realidade, quando constata-se que a gestão pública está impregnada em uma concepção burocrática de administração, caracterizada como autoritária. Na verdade, a participação do NEEJA, está sendo pautada pelo controle. A estrutura administrativa sobrepõe aos sujeitos envolvidos e o poder se instala de forma sutil, começando com o encaminhamento de um Regimento Padrão.

Para o exposto acima, observa-se a resistência do NEEJA de Palmeira das Missões, intermediando e viabilizando em sua formação pedagógica e continuada, momentos e ações críticas, criativas e reflexivas, não aceitando passivamente tudo o que venha da Mantenedora. Essa resistência implica na busca de autonomia, de educadores sujeitos da suas vivências em contato com o mundo vivido com a comunidade escolar, portanto essa busca não acontece de maneira individual, ela deve ocorrer junto com outras pessoas que buscam este espaço para construção de suas histórias. O NEEJA, na sua maioria, está consciente que a orientação e ou atendimento aos Exames Supletivos fazem parte desse processo, sabe-se também que quanto mais consciente se torna a ação de educar, maiores as possibilidades de se construir um espaço apropriado para educação de jovens e adultos, na instituição. A educação está em constante mudança, por isso, o NEEJA não aceita as imposições legais como algo que não pode ser mudado ou transformado. Dessa maneira o Regimento Padrão, discutido, no espaço de formação pedagógica e continuada, oportunizou entender o alcance das atribuições delegadas por este documento aos NEEJAS. Nesse olhar de possibilidades, a instituição, chegou ao entendimento de que o apoio presencial, pensado e organizado, de maneira a oportunizar espaço e tempo para que o educando construa sua aprendizagem, possa estar um passo à frente das Totalidades, pois no novo Regimento não há a obrigatoriedade de presença, assim, o educando que vier procurar o apoio, estará consciente da necessidade de sua parcela de participação na construção de sua aprendizagem. Mas esse é outro conflito, visto que a concepção de apoio presencial, pela SEDUC, se refere apenas a sanar dúvidas para provas com periodicidade semanais. O NEEJA, entende que a busca de soluções para os conflitos, passam por uma Gestão Democrática, que implica em refletir sobre as políticas da educação. Essa reflexão exige espaço de formação, e é nesse espaço que o NEEJA manterá o diálogo para superação desse novo conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. *Ideologia e Currículo*. 3ª edição, 2006, ARTMED, Porto Alegre, RS. **EYNG**, Ana Maria (2010, p.75). *Currículo escolar*, 2ª edição, Editora IBPEX, Curitiba, Paraná.

FOUCAULT, apud Michel. *L'herméneutique du sujet cours au Collège de France*. 1981 – 1982. édition publiée sur la direction de François Ewald e autres. Paris. Gallimard, 2001. Disponível em <http://www.facitec.br/ojs2/index.php/erevista/article/view/7> acessado em 18/11; 2015.

FREIRE, Paulo - *PEDAGOGIA DA AUTONOMIA, Saberes Necessários à Prática Educativa*, 13ª edição, Editora Paz e Terra, 1999, São Paulo, SP.

_____, Paulo - *PEDAGOGIA DA AUTONOMIA, Saberes Necessários à Prática Educativa*, 13ª edição, p. 43. Editora Paz e Terra, 1999, São Paulo, SP.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos - *Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas*. *Educar*, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.

MADEIRA, Maria Odete – Ser sujeito.... Disponível em <http://filindsoc.blogspot.com.br/2009/11/ser-sujeito.html>, acessado em 2/11/2015.

NÓVOA, Antonio. *Professor se forma na escola*. NOVA ESCOLA Edição 142, MAIO 2001. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-continuada/professor-se-forma-escola-423256.shtml> Acessado em 13/12/2015. Entrevista concedida a Paola Gentile.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. trad. Ernani da Fonseca Rosa. 3.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.

OLIVEIRA, Marcia Cristina – *Caminhos para a gestão compartilhada da educação escolar*. Curitiba, PR. editora IBPEX, 2011.

_____, Marcia Cristina - *Caminhos para a gestão compartilhada da educação escolar*. Curitiba, PR. editora IBPEX, 2011, p. 17.

RESENDE, Lucia Maria Gonçalves de – Organização. *ESCOLA: ESPAÇO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO*. Campinas, SP. Papirus 7ª Edição, 2001.

SAVIANI, Dermeval- *Escola e Democracia*. Campinas, São Paulo. Autores Associados. 2008. (Coleção Educação Contemporânea).

UBERTI, Luciane. *Escola Cidadã: dos perigos da sujeição a verdade*. Porto Alegre, UFRGS, 2007.

VASCONCELOS, Maria José. *Fechamento de Vagas preocupa comunidades. Políticas Públicas em EJA*. Correio do Povo. Porto Alegre/RS. 13/12/2015. Sessão: Ensino. p.5.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro, Ilma Passos Alencastro, RESENDE, Lucia Maria Gonçalves de – Organização. *ESCOLA: ESPAÇO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO*. Campinas, SP. Papirus 7ª Edição, 2001.

WEBER, Max, 1864-1920 *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.